

Superior Tribunal de Justiça

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.488.205 - SP (2019/0107831-4)

RELATOR : MINISTRO PAULO DE TARSO SANSEVERINO
AGRAVANTE : BANCO DO BRASIL SA
ADVOGADO : EDUARDO JANZON AVALLONE NOGUEIRA E OUTRO(S)
- SP123199
AGRAVADO : SANDRA APARECIDA ARANTES DE JESUS
ADVOGADO : RAFAEL DA SILVA CATARINO - SP359763

EMENTA

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. AÇÃO INDENIZATÓRIA. CONTRATO BANCÁRIO. AUSÊNCIA DE IMPUGNAÇÃO DE FUNDAMENTO SUFICIENTE DA DECISÃO AGRAVADA. ART. 932, INCISO III, DO CPC/2015. AGRAVO NÃO CONHECIDO.

DECISÃO

Vistos, etc.

Trata-se de agravo interposto por BANCO DO BRASIL SA de decisão do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, que negou seguimento ao seu recurso especial, fundamentado nas alíneas "a" e "c" do permissivo constitucional, manejado contra acórdão assim ementado (e-STJ, fl. 63):

CONTRATO BANCÁRIO Mútuo Descontos de parcelas em folha de pagamento ou em conta na qual se depositam salários Limitação a 30% dos rendimentos líquidos Adequação Descontos que equivalem a apropriação indireta de rendimentos Decisão que negou provimento ao agravo de instrumento mantida Agravo regimental improvido.

Nas razões do recurso especial, o recorrente, além de divergência jurisprudencial, alega violação dos arts. 2º do Decreto Lei 61.750, 185, 421, 422 e 427 do Código Civil e art. 5º, XXXVI, da Constituição Federal. Alega, em síntese, a validade dos procedimentos adotados pelo Banco, que a própria recorrida autorizou e anuiu com os descontos.

É o breve relatório.

Passo a decidir.

Superior Tribunal de Justiça

Primeiramente, esclareço que o juízo de admissibilidade do presente recurso será realizado com base nas normas do CPC/2015, conforme Enunciado Administrativo Nº 3/STJ.

O presente recurso não pode ser conhecido em virtude da ausência de impugnação específica dos fundamentos da decisão agravada.

Isso porque, em atenção ao princípio da dialeticidade, esta Corte Superior tem manifestado reiteradamente que, para impugnar a decisão que inadmite o recurso especial, faz-se necessário apresentar argumentação específica, adequada às particularidades do caso concreto.

Com efeito, o Tribunal de origem negou seguimento ao recurso especial por não ser possível a análise de dispositivos constitucionais (Súmula 518/STJ) bem como a Súmula 83 do STJ, pois o entendimento do acórdão encontra-se em consonância com o entendimento desta Corte.

Entretanto, verifica-se que o agravante não impugnou os fundamentos referentes ao óbices acima listados, não havendo qualquer impugnação suficiente e satisfatória referente a tais fundamentos, limitando-se a reiterar as razões de interposição do recurso especial e discorrer alegações genéricas, que nada possuem consonância com os óbices aplicados para sua inadmissão.

Assim sendo, o não conhecimento do recurso é medida que se impõe, uma vez que o fundamento não impugnado é suficiente para manter a inadmissão do agravo em recurso especial.

No exato sentido, colaciona-se recente julgado da Corte Especial:

PROCESSO CIVIL. EMBARGOS DE DIVERGÊNCIA. IMPUGNAÇÃO ESPECÍFICA DE TODOS OS FUNDAMENTOS DA DECISÃO RECORRIDA. ART. 544, § 4º, I, DO CPC/1973. ENTENDIMENTO RENOVADO PELO NOVO CPC, ART. 932.

1. No tocante à admissibilidade recursal, é possível ao recorrente a eleição dos fundamentos objeto de sua insurgência, nos termos do art. 514, II, c/c o art. 505 do CPC/1973. Tal premissa, contudo, deve ser afastada quando houver expressa e específica disposição legal em sentido contrário, tal como ocorria quanto ao agravo contra decisão

Superior Tribunal de Justiça

denegatória de admissibilidade do recurso especial, tendo em vista o mandamento insculpido no art. 544, § 4º, I, do CPC, no sentido de que pode o relator "não conhecer do agravo manifestamente inadmissível ou que não tenha atacado especificamente os fundamentos da decisão agravada" - o que foi reiterado pelo novel CPC, em seu art. 932.

2. A decisão que não admite o recurso especial tem como escopo exclusivo a apreciação dos pressupostos de admissibilidade recursal.

Seu dispositivo é único, ainda quando a fundamentação permita concluir pela presença de uma ou de várias causas impeditivas do julgamento do mérito recursal, uma vez que registra, de forma unívoca, apenas a inadmissão do recurso. Não há, pois, capítulos autônomos nesta decisão.

3. A decomposição do provimento judicial em unidades autônomas tem como parâmetro inafastável a sua parte dispositiva, e não a fundamentação como um elemento autônomo em si mesmo, ressoando inequívoco, portanto, que a decisão agravada é incindível e, assim, deve ser impugnada em sua integralidade, nos exatos termos das disposições legais e regimentais.

4. Outrossim, conquanto não seja questão debatida nos autos, cumpre registrar que o posicionamento ora perfilhado encontra exceção na hipótese prevista no art. 1.042, caput, do CPC/2015, que veda o cabimento do agravo contra decisão do Tribunal a quo que inadmitir o recurso especial, com base na aplicação do entendimento consagrado no julgamento de recurso repetitivo, quando então será cabível apenas o agravo interno na Corte de origem, nos termos do art. 1.030, § 2º, do CPC.

5. Embargos de divergência não providos.

(EAREsp 746.775/PR, Rel. Ministro JOÃO OTÁVIO DE NORONHA, Rel. p/ Acórdão Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO, CORTE ESPECIAL, julgado em 19/09/2018, DJe 30/11/2018)

Destarte, em consonância com o princípio da dialeticidade recursal, não conhecer do presente agravo é medida que se impõe.

Ante o exposto, NÃO CONHEÇO do agravo em recurso especial.

Por fim, cumpre esclarecer que *"não cabe a majoração dos honorários advocatícios nos termos do § 11 do art. 85 do CPC de 2015 quando o recurso é oriundo de decisão interlocutória sem a prévia fixação de honorários"*

Superior Tribunal de Justiça

(AgInt no REsp 1.507.973/RS, Rel. Ministro JOÃO OTÁVIO DE NORONHA, TERCEIRA TURMA, julgado em 19/05/2016, DJe 24/05/2016).

Advirta-se que eventual recurso interposto contra este *decisum* estará sujeito às normas do CPC/2015 (cf. Enunciado Administrativo n. 3/STJ), inclusive no que tange à aplicação de multa (art. 1.021, § 4º, e 1.026, § 2º, do CPC/2015).

Intimem-se.

Brasília (DF), 07 de outubro de 2019.

MINISTRO PAULO DE TARSO SANSEVERINO
Relator

